



REQUERIMENTO Nº , DE 2021
(Do Sr. Deputado Ricardo Izar)

Solicita a realização de Audiência Pública para tratar da renúncia do ex-diretor da Agência Nacional de Mineração – ANM e de alterações propostas pela atual diretoria colegiada da ANM com relação à extinção de várias regionais da ANM nos Estados.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para tratar da renúncia do ex-diretor da Agência Nacional de Mineração – ANM, das alterações propostas pela atual diretoria colegiada da ANM com relação à extinção de várias regionais da Agência Nacional de Mineração nos Estados e sobre os resultados dos leilões de áreas.

Solicito assim, que sejam convidados:

- Sr. Victor Hugo Fronner Bicca – Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração;
- Sr. Eduardo Araújo de Souza Leão – ex-diretor da Agência Nacional de Mineração;
- Sr. Wagner Pinheiro – Presidente do Instituto do Desenvolvimento da Mineração – IDM Brasil.
- Sr. Marcus Flávio Oliveira – Presidente do COPEPOL – ANM.
- Sr. Alexandre Vidigal de Oliveira – Secretário de Geologia, / Mineração e Transformação Mineral – MME;
- Sr. Frederico Munia Machado - Secretário de Parcerias em Energia, Petróleo, Gás e Mineração – PPI Ministério da Economia;
- Sr. Kleber Bolivar Meneghel Vargas – Associação dos Servidores da ANM;
- Sr. Júlio Cesar Mello Rodrigues – Ex-Coordenador de T.I. da ANM;
- Sr. Elington de Barros Soares – Servidor da Agência Nacional de Mineração.

JUSTIFICAÇÃO





É público e notório os problemas por que passam a Agência Nacional de Mineração e também o próprio setor de mineração nacional. A situação ficou ainda pior quando no dia 03 de março passado o Sr. Eduardo Araújo de Souza Leão, renunciou ao cargo de diretor da ANM com a justificativa de ter sofrido ameaças e retaliações.

O crime de ameaça é previsto no Código Penal e consiste no ato de ameaçar alguém, por palavras, gestos ou outros meios, de lhe causar mal injusto e grave. Cabe agora ao Sr. Eduardo Leão esclarecer, quem o ameaçou e quais foram as ameaças sofridas por ele e explicar também qual é o alto risco da função, a exposição pessoal e profissional e as diversas retaliações e ameaças ditas por ele em nota aos servidores da ANM.

Esta Comissão precisa entender melhor as declarações feitas pelo Sr. Eduardo Leão em alguns veículos de comunicação com referência a antigos gestores do extinto DNPM, a servidores da ANM e a mineradores aos quais ele praticou atos inerentes às suas funções. Por outro lado deixar claro também que em momento algum não houve, por parte do ex-diretor da ANM, em suas declarações, a prática de crime de calúnia e difamação que são crimes contra a honra objetiva, ou seja, que atingem a reputação de indivíduos perante a sociedade.

Ao que parece o Sr. Eduardo Leão era pessoa polêmica dentro da Agência Nacional de Mineração, demonstrado claramente através do Ofício 01/2021 – ASANM, da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Mineração que diz:

“Houve, no decorrer dos mandatos atuais, ações do referido Diretor – apoiado por parte da diretoria colegiada - que foram diretamente estranhos ao ordenamento jurídico e, mediante a alegação da “independência administrativa” da agência, vão se tentando levar a cabo. Citem-se como exemplos a reestruturação que vem sendo pleiteada (novo regimento interno). Na referida proposta – altamente defendida pelo Diretor Eduardo Leão – prevê-se uma reorganização que vai de encontro aos princípios de gestão – menos Brasília e mais Brasil.

Causa espanto a proposta de desconstrução de áreas que demonstraram alta produtividade de gestão no exercício de 2019 e 2020 – exemplo da Superintendência de Arrecadação (SAR) e a Superintendência de Administração e Finanças (SAF). No caso da SAR, após dois meses de sua criação, foi apresentada uma proposta para sua desfiguração, mesmo a Superintendência demonstrando impressionantes números de arrecadação que a ANM obteve no ano de 2020, os quais não justificam tal tratamento àquela equipe e, muito menos, no entender do corpo de servidores, a viabilidade de sua extinção. Para piorar ainda mais a situação, o Diretor Eduardo Leão pautou em reunião da Diretoria Colegiada a necessidade de exonerar todos os chefes da





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Ricardo Izar - SP

Apresentação: 12/04/2021 15:36 - CME

REQ n.29/2021

arrecadação que assinaram nota de repúdio onde os mesmos declaravam ser contra a proposta da nova reestruturação”.

A arrecadação da CFEM atinge diretamente os Estado e os Municípios o que justifica também nessa mesma audiência explicações claras sobre atos praticados pelo ex-diretor relacionados à Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral. Situação que se agrava a partir do momento em que a diretoria colegiada pretende diminuir a estrutura, já deficitária da ANM, excluindo várias regionais dos Estados, conforme parecer elaborado pela Fundação Dom Cabral, instituição contrata sem licitação pública pela Agência Nacional de Mineração.

Nos últimos dias tem sido divulgadas informações sobre o resultado dos Leilões. Importante que seja discutido na audiência os resultados, bem como, as metodologias aplicadas para a realização dos leilões de áreas Minerárias.

- Primeiro Leilão: Complexo Polimetálico de Palmeirópolis/TO.
- Segundo Leilão: Oferta de 502 áreas minerárias.
- Terceiro Leilão: Oferta de 7.027 áreas minerárias.
- Quarto Leilão: Irão ofertar em torno de 3 mil novas áreas.

Com base em todo o exposto e diante da relevância dos fatos, requer a aprovação do presente Requerimento.

Sala de Comissões em 06 de abril de 2021.

Deputado Ricardo Izar
Progressistas/SP

